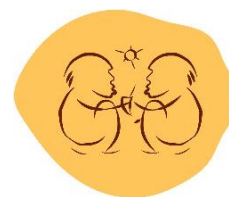


# Revista História

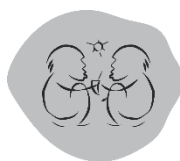
Assis/Franca, SP, v.31, n.1, jan./jun.2012

(Capa)



SciELO

REVISTA HISTÓRIA  
SÃO PAULO UNESP



*Gilberto Luiz Alves*  
INSTITUTO CULTURAL

---

[www.icgilbertoluizalves.com.br/](http://www.icgilbertoluizalves.com.br/)

**Diários de campo de um engenheiro: trabalho, cultura e educação no sul do Mato Grosso (1922-1930)**

**Log books of an engineer: work, culture and education in the South of Mato Grosso (1922-1930)**

Carla Villamaina CENTENO\*

**Resumo:** Nesse artigo analiso interpretações acerca da cultura, da organização do trabalho e da educação na fronteira de Mato Grosso em três obras do memorialista Armando de Arruda Pereira, engenheiro-chefe responsável pela construção e reforma dos quartéis no sul do estado de Mato Grosso, durante os anos de 1922 a 1930. As obras analisadas são: *Heroes abandonados! Peregrinação aos lugares históricos do sul de Mato Grosso* (1925), *No Sul de Mato Grosso* (1928) e *Construindo...*(1930). Procuro demonstrar que seus escritos sobre a cultura, a educação e o trabalho revelam a formação e a trajetória típicas da burguesia industrial paulista, pois seu parâmetro é a indústria moderna. Sua visão é a de um “forasteiro” que focou as técnicas de trabalho e os costumes da fronteira de Mato Grosso.

**Palavras-chave:** memória, sul de Mato Grosso, trabalho, educação e cultura.

**Abstract:** In this paper I analyze the interpretations on culture, work organization and education on the border of Mato Grosso in three works of the memorialist Armando de Arruda Pereira, chief engineer responsible for construction and renovation of barracks in the southern state of Mato Grosso, during the years 1922 to 1930. The works analyzed are: *Heroes abandonados! Peregrinação aos lugares históricos do sul de Mato Grosso* (1925), *No Sul de Mato Grosso* (1928) e *Construindo...*(1930). I seek to demonstrate that his writings on culture, education and employment training reveal typical trajectory of the industrial bourgeoisie of São Paulo, because its parameter is the modern industry. His vision is of an "outsider" who focused on the technical work and the customs border of Mato Grosso.

**Keywords:** memory, south of Mato Grosso, work, education and culture.

### **Reflexões sobre Memória**

De maneira geral, os primeiros estudos sobre a fronteira foram produzidos por moradores da região, intelectuais com formação ou exercício nas áreas de engenharia, direito ou jornalismo, algo comum até meados da década de 1960, dada a inexistência de profissionais especializados em

---

\* Professora Doutora – Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. – Unidade Universitária de Paranaíba – MS. Endereço: Avenida João Rodrigues de Melo – Jardim Santa Mônica CEP: 79500-000 Telefone: (67) 3029-1769, 679984-4666. E-mail: [carla.centeno@uems.br](mailto:carla.centeno@uems.br)

História. Somente após a década de 1970, bacharéis e graduados nesta área começaram a produzir pesquisas sistemáticas, desenvolvidas, sobretudo, em seus cursos de mestrado e de doutorado (CENTENO, 2007, p. 1).

Em um trabalho publicado no ano de 1972, Valmir Batista Corrêa, comentando sobre a historiografia regional, já assinalava a importância dos historiadores mato-grossenses, porém observou em alguns deles deficiências quanto ao rigor e à interpretação.

[...] muitos estudos importantes foram realizados por historiadores mato-grossenses, contrastando com outros muitos que pecaram pelo amadorismo, falta de conteúdo e de uma análise interpretativa; assim é comum encontrarmos obras que são na verdade meras transcrições de fontes primárias, dentro de uma mentalidade de que a história é documento, não implicando em uma interpretação por parte do historiador. (CORRÊA, 1972, p. 58)

Em outra publicação, em parceria com Lucia Salsa Corrêa, esse autor realizou levantamento da produção historiográfica regional e ressaltou o aspecto heurístico dessas fontes. Corrêa & Corrêa (1985, p. IV), nesse trabalho, entendem ser “[...] preciso reabilitar o valor como fonte de informação historiográfica dos estudos tradicionais de Mato Grosso e a produção historiográfica regional, sempre com uma perspectiva científica”. Mais recentemente, numa descrição sobre a trajetória historiográfica sul-mato-grossense, Valmir Corrêa reafirma a importância dessas fontes e ressalta que a fronteira de Mato Grosso do Sul “ainda encerra um tema aberto e inesgotável para novas pesquisas e estudos” (CORRÊA, 2005, p. 162). De fato, a análise da historiografia regional pode contribuir para revelar os papéis históricos de muitos autores pouco conhecidos e explorados e desvelar pistas para novas pesquisas sobre a história regional.

Outro pesquisador da historiografia regional, Gilberto Luiz Alves, também destacou a relevância dos trabalhos dos cronistas regionais, pois, segundo ele, “contêm numerosas indicações de fatos e de eventos educacionais, além de precisarem datas e personagens envolvidos. Importantes, sobretudo, são os relatos sobre situações vividas e testemunhadas diretamente pelos autores” (ALVES, 2003, p. 34). Alves acrescenta que, além desses cronistas, existem estudos esparsos e sintéticos realizados por *historiadores diletantes*, categoria utilizada pelo autor para designar intelectuais não formados na área, mas que tinham cultura erudita e produziam obras históricas não por dever de ofício, mas por prazer. Embora reconheça a importância desses historiadores, esse autor admite que as obras, em grande parte, pecam por falta de conteúdo analítico (ALVES, 2003, p. 34).

Ao se fazer a crítica historiográfica, é importante registrar a posição ainda de Alves (2005), atinente ao cuidado que o historiador deve ter ao analisar as fontes.

O documento não fala por si só [...]. O certo é que a teoria faz o documento falar. E, às vezes, o pesquisador enfrenta a necessidade de abandonar as *falsas pistas* dos documentos para fiar-se em indícios esparsos, em ruínas informativas que resistiram à ação das figuras ligadas ao poder, ávidas por apagar os registros de um passado que não querem olhar de frente. Documentos já foram produzidos, inclusive, para induzir uma visão falsa sobre acontecimentos importantes. Portanto, que a importância do documento não seja escamoteada, mas que seja, também, colocada no seu devido lugar e que o pesquisador tenha o domínio teórico para se situar no 'lodaçal' documental; para separar o joio do trigo e para realizar a interpretação científica conseqüente com os pressupostos da matriz epistemológica que preside a sua análise. (ALVES, 2005, p. 21-22)

Abordando o uso das fontes na pesquisa histórico-educacional, Lombardi (2004, p. 158) observa ser necessário levar em consideração que estas também são interpretadas de acordo com as opções teórico-metodológicas do pesquisador. Tais opções orientam a seleção e a organização de fontes que devem ajudar o historiador na busca pela reconstituição histórica. Estas observações demonstram que há muito campo a ser pesquisado, sobretudo quando se trata da análise historiográfica, pois ainda são escassos os trabalhos que exploraram ou tiveram como objeto o estudo da historiografia regional em Mato Grosso do Sul.

Por esse motivo, desenvolvemos um trabalho voltado a recuperar a memória de alguns desses escritos, obras que circulam entre os historiadores, mas que necessitam de estudo mais sistemático. Este trabalho resultou em tese de doutorado intitulada *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)* (CENTENO, 2007). São muitas as conclusões sobre as obras dos memorialistas analisados, mas, sinteticamente, podemos afirmar que eles contribuem de forma bastante expressiva para a reconstituição da história da fronteira. Mesmo sem formação profissional especializada ou não utilizando, de forma sistemática, métodos científicos, esses autores levantaram e transcreveram fontes, abordaram acontecimentos regionais e, detalhadamente, relataram fatos, alguns, inclusive, contidos somente em seus escritos.

### **Memória do sul de Mato Grosso em Armando de Arruda Pereira**

Nascido em 28 de setembro de 1889, no Largo da Sé, na cidade de São Paulo, Armando de Arruda Pereira era filho do Comendador Armando Rosa Pereira e de Evelina Arruda Pereira. Após

terminar o ginásio, ingressou na Escola Politécnica de São Paulo. Concluiu o secundário no *Seafiel Park College Crofton*, da Inglaterra, e ingressou na Universidade de Birmingham, mas terminou o curso universitário nos Estados Unidos, em 1910, na *New York University School of Applied Sciences*, diplomando-se em engenharia civil. Foi engenheiro da Companhia Construtora de Santos (CCS), empresa pertencente ao Engenheiro Roberto Simonsen, que lhe deu “ampla procuração para desempenhar o cargo de 1º. Engenheiro Inspector da C.C.S. junto às obras dos quartéis” (PEREIRA, 1930, p.11). Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e membro titular do Instituto de Engenharia de São Paulo, da *American Society Civil Engineers* e da *Fellow Royal Society Arts*, de Londres. Exerceu várias funções na administração pública - integrou a Comissão de Planejamento Econômico do Conselho Técnico do Ministério da Fazenda bem como o Conselho do Departamento da Produção Industrial da Secretaria do Trabalho. Foi prefeito de São Paulo entre 1951-1953. Exerceu também os cargos de presidente da FIESP (1947-1949), de secretário da Associação Comercial de São Paulo e de diretor do SESI e SENAC, dos quais foi idealizador, juntamente com Roberto Simonsen (ROTARY, 2005). Foi ainda presidente do *Rotary International* nos anos de 1940 e 1941.

Na década de 1920, época em que Pereira foi designado chefe inspetor das obras, novos investimentos foram alocados para o sul de Mato Grosso, com a implantação da estrada de ferro. Esses investimentos foram alterando a estrutura social do estado, em face da presença de novos migrantes e do enfraquecimento dos antigos coronéis. Ressalte-se que a ocupação do sul aconteceu em época e condições diferenciadas das da colonização do norte mato-grossense. A colonização de Mato Grosso iniciou-se no século XVIII, em função da exploração aurífera, onde hoje se localiza a cidade de Cuiabá. Até as primeiras décadas do século XIX, a região sul da província serviu de passagem para as monções - expedições exploratórias e colonizadoras. Em alguns locais, a ocupação se restringiu a fortificações militares, como foi o caso do Forte de Coimbra ou da Colônia Militar de Iguatemi, ambos fundados no século XVIII.

A colonização do sul de Mato Grosso e da fronteira com o Paraguai iniciou-se no segundo quartel do século XIX, com a chegada de migrantes vindos, sobretudo, de Minas Gerais e de São Paulo. Segundo Lucia Salsa Corrêa (1997), o processo migratório para esta região nos anos 1830, 1840, 1850, deu-se por meio de duas levas. A primeira, procedente do Norte de Mato Grosso, veio em fuga da crise política desencadeada pelo movimento nativista conhecido como Rusga (1834) e se instalou no Pantanal, nos vales dos rios tributários do Baixo- Paraguai e na região da Vacaria.

A segunda leva, constituída por mineiros e paulistas, foi a que chegou a ocupar parte da fronteira com o Paraguai, na região do vale dos rios Miranda, Ivinhema, Iguatemi e Apa, e usou as áreas aí compreendidas como campo para a criação de gado. O desenvolvimento econômico do sul do Estado se deu, no entanto, mais sistematicamente, após a Guerra com o Paraguai (1864-1870), pois a liberação da navegação no rio Paraguai, após a guerra, permitiu que a Província de Mato Grosso passasse a ter maior contato com a região do Prata e com o mercado mundial, ao mesmo tempo que via aumentar os investimentos e o afluxo de migrantes. O comércio de Corumbá, fronteira com a Bolívia e principal entreposto de Mato Grosso, dinamizou-se com a instalação de casas comerciais que intermediavam a ligação com o comércio exterior. O sul de Mato Grosso foi um dos palcos da guerra e local em que ainda se encontravam vestígios não tratados como memória institucionalizada. Esse fato aparece registrado nas memórias do engenheiro.

A primeira obra escrita por Pereira, *Heroes abandonados! Peregrinação aos lugares históricos do sul de Mato Grosso* (1925), é um relato sobre os despojos oriundos da Guerra com o Paraguai. Em suas viagens técnicas à fronteira, o autor deparou-se com o palco desse conflito e ficou impressionado com o descaso em relação aos restos mortais dos heróis da Guerra, fato que o motivou a escrever sobre a matéria.

Tive essa ventura, e desde então, verificando quanto são pouco conhecidos esses lugares e o abandono em que jazem os restos daquelles que nos proporcionaram com sua bravura a character algumas das mais bellas paginas da nossa historia guerreira, imaginei a ousadia de relatar, em linguagem chã e despida de qualquer pretensão literária o que vi, o que senti, e o que acho que, a nós Brasileiros, falta fazer em relação a esses heroes abandonados. (PEREIRA, 1925, p. 7-8)

A obra foi publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, em 1925. Fotografias do acervo do autor foram reproduzidas nas páginas do jornal, com focalização dos locais onde se travaram batalhas e foram enterrados seus mortos. Seu prefaciador, Afonso de E. Taunay, afirma que o livro o deixou muito emocionado, pois acreditava que reforçaria o “sentimento de brasilidade vacillante em alguns descrentes da integridade de nossa terra” (TAUNAY, 1925, p. 6). A obra também o comoveu pelas “palavras generosas por elle [Armando Pereira] consagradas a meu Pae [...]” (TAUNAY, 1925, p. 6). De fato, em certas passagens, Pereira cita trechos da *Retirada da Laguna*, de Alfredo d’Escagnolle Taunay, confrontando a narrativa deste autor com a descrição dos locais que visitou.

Armando Pereira passou pela Cabeceira do Rio Dourados para verificar o local onde fora enterrado Antonio João, militar que havia resistido ao ataque paraguaio à Colônia Militar dos

Dourados, em 1864, e descreveu os locais onde se travaram as batalhas, dos quais recolheu instrumentos de guerra, como duas balas de canhão - uma delas, segundo o autor, foi doada ao Museu Paulista (PEREIRA, 1925, p. 27).

Pereira localizou uma cruz enterrada que marcava uma sepultura num dos cemitérios, próximo da Colônia, e concluiu, mesmo sem qualquer evidência concreta, ser ela a do tenente Antônio João. Para dar um tom mais emotivo ao achado, faz referência a um texto de Alfredo Taunay, retirado da obra *Histórias Brasileiras*, e cita um trecho acerca de uma interpretação daquele autor sobre o momento em que o tenente teria recebido a intimação de Resquin, comandante das forças paraguaias, à época. Antonio João, segundo Taunay, teria encaminhado, por meio de um estafeta, um bilhete para seu superior, o comandante Dias da Silva, que se encontrava em Nioaque: “Sei que morro mas o meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto solemne contra a invasão do solo de minha pátria” (PEREIRA, 1925, p. 14).

É importante abrir parênteses no que se refere à história do ataque paraguaio à Colônia dos Dourados e da resistência comandada pelo tenente Antônio João, sistematicamente comentada por vários memorialistas. A citação da frase acima destacada, na maior parte das vezes, é encontrada sem a devida referência documental. O único memorialista que faz referência à fonte é Pereira. Essa frase, que acabou virando senso-comum, é inclusive citada pela Academia muitas vezes sem tal referência, como o faz, por exemplo, Doratiotto (2002, p. 104). De fato, não há uma única prova de que Antonio João tenha registrado esse dramático protesto de despedida. Essa história foi romanceada por Taunay na obra *Histórias Brasileiras*, sob o pseudônimo Sylvio Dinarte (1874), e vem sendo repetida sem o merecido respaldo.

Pereira ultrapassou a fronteira e, no Paraguai, caminhou até o local onde os brasileiros se defrontaram com os paraguaios e tiveram de recuar e empreender a *Retirada de Laguna*, denominada no Paraguai de *Ymbú-guassú*. As trincheiras, segundo Pereira (1925), ainda lá se encontravam. O autor compara fatos e locais descritos por Taunay, anexa mapas e também demonstra conhecimento da língua guarani. Curiosa é sua tentativa de interpretar o significado dos nomes dados pelos paraguaios aos locais referentes aos acontecimentos da guerra.

NHANDIPÁ em guarany é o nome de uma árvore, mas creio, estudando a desarticulação da palavra, uma vez também que esse nome foi dado pelos paraguayos, estaremos mais certos imaginando que pretendiam significar ali haverem terminado de combater a columna invasora do Paraguay.

NHANDE' em guarany significa 'nós outros'; e PA' 'concluir, terminar', donde deduzimos não seja a árvore a causa de origem do nome e, sim, que os soldados

queriam dizer que alli terminaram, alli concluíram a faina de repulsa á nossa columna. Estaremos certos? (PEREIRA, 1925, p. 26)

O mesmo autor ainda visitou túmulos dos heróis da guerra, como Camisão, Juvêncio e Guia Lopes, e ficou inconformado com o abandono deles, cercados pelo mato e desprovidos de cuidado<sup>1</sup>. Verificou, também, que em Bela Vista, cidade fronteiriça do sul de Mato Grosso, havia vários soldados brasileiros enterrados; afirmou que deveria ser ali erguido um monumento ao soldado desconhecido, como já era comum nos países europeus: “Alli todos foram bravos! Obedeciam todos a um mesmo ideal e succumbiram com um só fim” (PEREIRA, 1925, p. 30). De fato, seu prefaciador apontou com precisão o objetivo da obra e do autor: “Trará muita emotividade e trará muita meditação; reforçará muito o sentimento de brasilidade vacillante em alguns descrentes da integridade de nossa terra...” (TAUNAY, 1925, p. 6).

Em sua segunda obra publicada, *No Sul de Mato Grosso* (1928), Pereira descreveu os problemas que enfrentou quando, em 1922, trabalhou na fronteira, com a equipe de engenheiros, a fim de vistoriar e orientar as obras dos quartéis lá construídas. Segundo o autor, o texto editado foi escrito para uma conferência que realizou em 21 de maio de 1928, no IHG/SP, tendo sido publicado, também, na Revista desse Instituto.<sup>2</sup> Resultou num livreto, no qual o autor faz apontamentos esparsos e não segue um roteiro predeterminado, que se inicia com uma rica descrição das condições precárias de vias de comunicação naquela região e das dificuldades encontradas por ele e seus companheiros para chegarem até a fronteira pelos caminhos existentes.

Pereira (1928, p.4) faz comentários acerca dos carreteiros, da carreta paraguaia, “diferente, muito diferente do que nós Paulistas conhecemos”, e dos primeiros fordinhos que começavam a circular na região: “havia poucos annos que o primeiro automóvel as havia trilhado [estradas] rumando a Ponta Poran” (PEREIRA, 1928, p. 3). As estradas, extremamente precárias, são descritas pelo autor, que precisou enfrentar rios, enchentes, problemas que tornavam os caminhos intransitáveis, além das grandes extensões inabitadas que impunham, muitas vezes, o desabrigo: “anda-se léguas e mais léguas naquelle mar de verdura sem avistar uma casa ou um viajante” (PEREIRA, 1928, p. 4). Mas isso parecia ser, ao mesmo tempo, uma aventura para Pereira, que via tudo com muito bom humor.

De todos os pousos, um, nunca esquecemos, foi o que fizemos na fazenda Esperança [...] chegamos ali a noite, encontramos, também de pouso, um caminhão da prophylaxia que vinha de Ponta Poran. Tiramos nossas redes e procuramos armal-as, uma ao lado da outra, de um poste de cerca do mangueirão ao cajado de



traz do Ford. O chauffeur dormiu dentro do carro. Fazia bom tempo e estávamos sob a folhagem de uma enorme mangueira, junto ao quintal da fazenda. Pela manhã o chauffeur levantou-se antes, e com diferença de peso no Ford, tivemos um despertar forçado, mesmo um tanto brusco, porque o carro correndo para traz arriou as duas redes até o chão. O Capitão Villaboim e nós, tivemos que conformar-nos com essa maneira de sermos acordados e para mostrar nosso bom humor assobiamos acompanhando o bando dos viras, que rompeu de cima da árvore, o seu alegre canto como si fora uma vaia ao nosso tombo. (PEREIRA, 1928, p. 15)

O autor observa tudo atentamente: as porteiras dos caminhos, as *bicas* – espécie de valas de madeira utilizadas na travessia de rios - *os olhos de boi* - os atoleiros das estradas – e os *tacurus* – cupins encontrados nos caminhos. Assim também, as manifestações culturais, expressões locais e formas de organização do trabalho na região fronteira são focalizadas pelo autor, que as comenta e registra, tentando compreender o significado de cada uma delas.

Pereira também tece considerações sobre o homem, a língua e a vida na fronteira. O *guasca*, o “rio-grandense da fronteira”, segundo ele, era o tipo de brasileiro predominante na região. Os migrantes gaúchos se dirigiram para a fronteira a partir de meados de 1890, fugindo da crise política e econômica instalada pela Revolução Federalista de 1893, conflito que arrasou as posses de muitas famílias no Rio Grande do Sul. Vieram como produtores independentes, para explorar os ervais nativos e criar gado. Encontraram grande parte da região ocupada pela Companhia Matte Larangeira<sup>3</sup>, truste do mate na região, e entraram em luta pela posse da terra.

Coronéis contrários ao domínio dessa empresa aliaram-se aos posseiros, e a região transformou-se num barril de pólvora. Como afirmaram muitos viajantes e memorialistas, em Mato Grosso imperava a *Lei do 44*.<sup>4</sup> Além disso, fatores como o afastamento dos grandes centros econômicos, problemas de comunicação, grande extensão da fronteira seca - que permitia pleno trânsito de pessoas - bem como a dificuldade de controlar o contrabando proporcionaram períodos bastante conturbados na vida dos habitantes fronteiriços. A violência tornou-se corriqueira e envolveu toda a população, que passou a conviver também com o banditismo.

Dessa forma, o conflito aberto entre as frações da burguesia regional, desencadeado pela entrada dos monopólios e do capital financeiro em Mato Grosso, foi acirrado pela crescente migração de paraguaios e gaúchos, que desencadeou a luta no sul pela posse da terra, intensificando-se os embates e a violência nas primeiras décadas do século XX. Segundo Astúrio Monteiro de Lima (1978, p. 40-45), entre os anos de 1892 a 1905 ocorreu o maior afluxo de migrantes gaúchos à fronteira. Apesar da dificuldade de encontrar dados estatísticos precisos sobre

a migração gaúcha, Corrêa, sustentando-se em informações veiculadas por Barbosa, afirma que nos anos de 1893 a 1898 teriam vindo para Mato Grosso cerca de 10.000 gaúchos (*Apud CORRÊA* 1997, p. 278).

Pereira observou os paraguaios, que seriam predominantes nos trabalhos das fazendas, em profissões como campeiros, carreiros e outros, determinando, inclusive, a necessidade de uso da língua guarani na fronteira. A linguagem, conforme suas observações, estava “cheia de termos gaúchos, guarany e castelhanos” (PEREIRA, 1928, p. 25). Em sua visão, a vida na fronteira era uma “confraternização de brasileiros e paraguayos” e os habitantes viviam “a mesma vida”, partilhando as “mesmas alegrias e os mesmos prazeres”. (PEREIRA, 1928, p. 25). O povo era simples e hospitaleiro: “dão o que tem” (PEREIRA, 1928, p. 26). Quanto ao peão paraguaio, escreve:

Sobre o fundo verde do campo e o horizonte azul, lá está um ponto vermelho. É um paraguayo que vem vindo com seu ‘puitã’. Quer isto dizer vermelho em guarany, mas também se refere aos ponchos de baeta dessa cor, que eles usam. Cavalga um bom animal.

Aquelle poncho é seu sobretudo, sua capa de borracha e o seu cobertor. Cabelleira comprida, um chapéu de palha, pequeno para a cabeça, seguro por um fio fino, quase invisível, que passa por baixo do queixo.

Tez bronzeada, cabelo preto, liso e grosso como os dos nossos índios. Traja ‘xiripá’ que vem a ser uma espécie de fralda grande e larga, amarrada na cintura. A parte das pernas que sae fora do xiripá, aparece vestida pelas ceroulas. Anda descalço, mas usa perneiras de couro muito macio e ajustadas nas pernas. Meio de banda, um avental de couro de cervo, com franja, a que dão o nome de ‘tirador’. Do lado da cintura um revolver 44, e a cinta cheia de balas. Um saquinho onde leva milho, herva mate e um pedaço de xarque. As vezes, é tudo quando elle possui na vida, aquillo que ali está! Tem-se a impressão do homem livre. Elle é gentil e amável ao trato. Prefere trabalhar sempre montado. É bem mandado, obediente, forte por natureza. (PEREIRA, 1928, p. 26)

Os paraguaios foram a principal força de trabalho na região e os trabalhadores especializados da Companhia Matte Larangeira. Eram contratados em algumas povoações da Argentina, em locais de tradição ervateira e, no Paraguai, nas povoações de Concepción, San Pedro, Villa Encarnacion, Capilla-Horqueta, Villa Rica, San Miguel, Caazapá, Caaguazú e Pedro Juan Caballero (SEREJO, 1986, p. 94). Instalavam-se nos domínios da empresa e iam contraindo dívidas sempre mais elevadas que seus salários, relação essa denominada *escravidão por dívidas*, muito utilizada não só na fronteira como em todos os locais em que as terras ainda não se encontravam totalmente sob controle. O trabalho compulsório, por exemplo, apesar de não expressar uma relação “desejável”

numa sociedade que celebra o trabalho livre, foi a única forma que o capital encontrou para expandir e garantir a acumulação nos locais onde as terras eram livres e sem controle.

Em *Teoria moderna da colonização*, capítulo de *O capital*, Marx afirma que, diferentemente da Europa, o capitalismo encontrava barreiras nas colônias americanas, pois aí as terras ainda se encontravam praticamente inexploradas e livres.

Uma colônia livre se caracteriza por serem comuns grandes extensões de seus territórios, podendo cada colonizador transformar um pedaço de terra em sua propriedade privada e meio individual de produção, sem impedir o que vem depois de fazer a mesma coisa. Este é o segredo do florescimento das colônias quanto do mal que as devora, sua resistência à colonização do capital (MARX, 1984, p. 887).

De fato, as terras nesse período já estavam sob controle no sul de Mato Grosso, e no caso da exploração da erva-mate havia outra razão para a adoção do trabalho compulsório: a necessidade de habilidade técnica nas tarefas do campo, algo que, nas origens, era um atributo exclusivo da população paraguaia (CENTENO, 2000). Ainda nessa obra, Pereira condensa expressões e costumes difundidos na fronteira, diferentes das demais regiões. A expressão “44”, por exemplo, retrata a violência local, conforme já comentado anteriormente. A *lei do 44*, segundo o autor, significava “calibre que por muito tempo ditou a lei e ainda continua a dita-la em muitos lugares” (PEREIRA, 1928, p. 27).

Sobre o crime, chama a atenção para uma especificidade local: “podemos entretanto asseverar que nunca soubemos de um assalto para roubar, apesar de serem demasiadamente conhecidas as pessoas que viajavam com quantias, como eram as que mensalmente a Constructora pagava [...]” (PEREIRA, 1928, p. 27). Isso, porém, contradiz uma referência que faz a Clemente Barbosa, fazendeiro da região que, de posse de muitas libras, teria sido assaltado várias vezes em sua fazenda. Os assaltos transformaram esse fazendeiro em uma pessoa extremamente desconfiada, fato que o levou a não querer abrigar Pereira e sua comitiva dentro de sua residência em uma das viagens (PEREIRA, 1928, p.32). Pereira afirma, inclusive, que Clemente teria sido “covardemente degolado em 1928, por 12 bandidos assaltantes de sua fazenda” (PEREIRA, 1928, p. 31).

O autor faz comentários esparsos sobre o dinheiro empregado na região, sobre a falta de igrejas, “tanto de um lado como de outro” (PEREIRA, 1928, p. 33), sobre as mercadorias encontradas e seus elevados preços. Faz observações, também, sobre as controvérsias acerca das linhas divisórias e demarcações realizadas após a Guerra com o Paraguai e cita várias fontes da

historiografia. A respeito da relação entre os dois povos, brasileiro e paraguaio, afirma que ambos eram muito amigos “sem entretanto perderem respectivamente o seu cunho nacional”, pois “cada qual se esmera em ser o que é” (PEREIRA, 1928, p. 37).

O engenheiro Pereira, nas inspeções que realizava nas obras dos quartéis da fronteira, deixou registradas algumas observações sobre a educação na fronteira. Essas observações não se referem apenas à educação entendida como instrução, mas também, de maneira mais ampla, como processo cultural. Suas preocupações são, sobretudo, acerca do trabalho e de como os trabalhadores lidavam no cotidiano com seus instrumentos. Na obra *O Sul de Mato Grosso* (1928), há várias observações sobre as técnicas utilizadas pelos trabalhadores da fronteira e, embora a educação não seja o objeto primeiro de suas preocupações, contém informações acuradas acerca de alguns costumes e técnicas desconhecidos, pois, típicos da região. O autor coloca-se, então, na posição de um “forasteiro” paulista, a exemplo do caso das carretas: “Diferente, muito diferente do que **nós Paulistas** conhecemos” (PEREIRA, 1928, p.4, grifo nosso). Mas o autor se detém na técnica, tentando compreender o funcionamento dos instrumentos. Não há julgamento de valor nas suas observações. Veja-se a descrição subsequente.

Rodas enormes, com raios como as carroças; ferradas com chapa lisa; não cantam como os nossos carros; teem algumas dellas, eixos de ferro, fixos, outras teem n’o de pau, amarrados á mesa com tentos de couro cru. [...]. Seis e mais juntas de bois. A razão das rodas altas é porque assim podem atravessar melhor os córregos cheios. Há carreiros que se incumbem de um trafego regular, da Fronteira á (sic) Campo Grande, e, possuindo varias carretas, viajam com toda a familia. Uma ou duas carretas constituem a sua habitação. A cosinha é ao relento, no pouso, e á noite, quando o tempo está firme, dormem em baixo do carro e as creanças dentro, sob o toldo. Os carreiros, tanto os garotos que puxam a guia, como os demais, trabalham todos montados, e com aquellas varas compridas e seus ponchos vermelhos, teem um aspecto singular [...]. (PEREIRA, 1928, p. 4-5)

Pereira, ao referir-se à carreta paraguaia, chamada na fronteira de carreta-corá, demonstra como era seu funcionamento e o modo como o carreiro paraguaio trabalhava, chamando a atenção para o uso e a importância de alguns instrumentos.

São completamente diferentes das que acabamos de descrever. Teem toldo de zinco e algumas trazem um telhadinho de capim muito bem feito, em vez dos couros como usam os nossos carros gaúchos. Os bois são atrelados com a canga nos chiffres. Sobre este ponto dizem nossos patrícios carreiros, que o boi tem força no peito e que o systema paraguay quebra os chiffres. Os nossos vizinhos, por sua vez, dizem que do modo delles, o boi puxa com a cabeça, erguida, não suffoca no sol quente e puxam os dois iguaes [...] o mais interessante do vehiculo paraguay e que logo

atrahe a vista de nós brasileiros, é o modo pelo qual o carreiro guia, sentado com todo conforto dentro do carro. Teem elles, no geral, umas 3 á 4 juntas. Preso por baixo dos arcos, que formam o toldo ou tecto da carreta, collocam uma vara ou mastro horizontal, comprido, donde pendem duas cordas que sustentam um ferro redondo que atravessa, no ponto de equilibrio, uma vara muito longa [...] usam pendurar uma porção de latas, chocalhos e cincerros que saccodem. O carreiro, desse modo, com um pequeno bastão toca os bois de couce e sem desperdício de energia, pois que a vara está sustentada no ponto de equilibrio, toca o resto da boiada, sentado commodamente. (PEREIRA, 1928, p.6)

É comentado, ainda, o uso de enfeites no mastro e de santos pendurados pelos carreiros dentro dos carros. Pereira tenta explicar as razões desses costumes.

Os fios desses mastros são geralmente enfeitados de trapos de cor, pennas, bandeirinhas, etc. Um facto interessante é a quantidade de quadrinhos de Santos collocados no interior dos carros. Dizem, que taes varas ferradas, são muito procuradas pelos raios durante as tempestades nos pousos em campo aberto, e d’ahi a explicação dos quadrinhos. (PEREIRA, 1928, p.6)

Para ele, consideradas as características da região e as precárias vias de comunicação, com longos trajetos a percorrer, os carreiros eram “verdadeiros soffredores de tantas provações”, homens “bravos”, responsáveis pelo abastecimento do comércio e das populações do sul de Mato Grosso (PEREIRA, 1928, p. 7).

Além dos carreiros, que observou com atenção, ressaltou as habilidades dos *chauffeurs* de Mato Grosso, que precisavam reunir “tantas qualidades a mais do que o chauffeur da cidade”, devido aos diversos problemas enfrentados nos caminhos. Ele “tem que saber guiar; conhecer perfeitamente o motor e seu funcionamento; saber montal-o e desmontal-o completamente; [...] ser forte; saber jejuar; ter boa orientação e excelente memória; ser bom andarilho; saber nadar, etc, etc” (PEREIRA, 1928, p. 11).

Assim como outros memorialistas e agentes do Governo que visitavam a região, Pereira ficou pesaroso pela situação das escolas do lado brasileiro: “as escolas no lado paraguay são mais numerosas e muito mais frequentadas do que as nossas. Em Bella Vista, segundo ali nos informaram, houve um tempo em que não existia escola no Brasil” (PEREIRA, 1928, p.37-38). O autor presenciou, ainda, crianças paraguayas que moravam do lado brasileiro “atravessarem grátis nas canoas paraguayas do rio Apa, para irem às aulas das escolas em Bella Vista paraguay” (PEREIRA, 1928, p. 38). Provavelmente, era resguardado o direito de estudar no Paraguai às crianças que eram filhas de trabalhadores paraguayos, empregados nas fazendas ou no comércio em

Bela Vista, no Brasil. Porém, como foi observado, há várias fontes que afirmam que as crianças brasileiras também estudavam no Paraguai, devido à falta ou à precariedade das escolas mato-grossenses.

Uma observação importante do autor decorre de sua percepção da resistência do paraguaio - que ele denomina de “patriotismo” -, demonstrada no processo que visava a impor uma nova cultura nas escolas do Paraguai. Ao descrevê-la, aflora sua admiração e cumplicidade.

O governo do Paraguay prohibiu que se fale guarany no exercito e nas escolas. Uma cousa se nota no paraguay, uma vez que se está mais em contacto com esse povo valente. É o seu desmedido patriotismo e a sua resignação ao soffrimento. Ahi está como prova o facto, de que entre elles só se fala o guarany, e agora que é prohibido nas escolas, são as mães paraguayas que ensinam aos seus filhos, para que elles nunca esqueçam e nunca desapareça o idioma nacional, tão lindo, tão másculo, tão poético, e no qual, em sua simplicidade e pobreza se podem dizer cousas tão lindas. (PEREIRA, 1928, p. 38)

Ele se encantou pela maneira de falar do povo e utilizou termos e expressões correntes na fronteira. Finalizou essa obra descrevendo “a doçura da língua guarany”. Para tanto, retomou trechos da letra de uma música que ouvira em Pedro Juan Caballero, mistura de castelhano com guarani:

Ès tu rosada, fresca sonrisa  
Um aprasible Coembotá (Amanhecer, madrugada)  
Y són tus labíos y tus mejillas  
Un rosagrande clavel puntã (cravo vermelho)  
Tu faz sedeña amada mia  
Es misterioso triste Iasí (lua)  
Tus ojos negros ipnotizantes  
Tienen fulgores del Cuaracî (Sol)  
Yo te amo tanto, bien de mi vida  
Mi inolvidable Tupá simí (Virgenzinha)  
Ven a mis barzos, sé cariñosa  
Que ya no puedo vivir sin ti.  
Siempre te busco com vano empeño  
En esas oras de Caárú (Cahir da tarde)  
Quando, Mimosas, me modulabas  
La cantilena Xe rôjayjú (Eu te amo)  
Recuerda niña el pobre ausente  
A este negrito Ndêraijújá (Este que te ama)  
Que te há dejádo toda llorosa  
Em um temprano Coembotá (Madrugada).  
(PEREIRA, 1928, p. )

De todas as obras referidas, *Construindo* (1930) é a que mais se atém ao trabalho realizado por Pereira na região. Faz descrições de técnicas utilizadas no trabalho, de dificuldades enfrentadas nas obras bem como uma interessante abordagem acerca das relações com os trabalhadores contratados. É uma importante fonte para a história das técnicas utilizadas na engenharia e na arquitetura local. Nessa obra, o autor ainda descreve casos que viu e ouviu de amigos, durante o período em que trabalhou na região (PEREIRA, 1930, p. 7).

Realiza também uma defesa da Companhia Construtora de Santos contra as calúnias “de que ella se fez com a Construcção dos quartéis” (PEREIRA, 1930, p. 11). Conta a história da empresa e da necessidade que se impunha de se reformarem os quartéis e guarnecer a fronteira, após a Guerra contra o Paraguai (PEREIRA, 1930, p. 11-12). Cita fontes, como um artigo do *Correio do Sul*, periódico campo-grandense, em que se faz o elogio da rapidez com que a Construtora vinha operando as obras na cidade (PEREIRA, 1930, p. 15).

Para Pereira (1930), a Construtora movimentou a cidade com seus capitais e as técnicas empregadas. Segundo o autor, a C.C.S. “revolucionou a architectura local e os methods primitivos da arte de como construir, nessa cidade e visinhanças” (PEREIRA, 1930, p.46). A Companhia Construtora de Santos (C.C.S.) teria sido uma “escola” para a arquitetura local. Há, inclusive, um item nessa obra intitulado *A ‘Escola’ da Construtora de Santos*, que evidencia a preocupação do autor com os métodos avançados de construção implantados por essa empresa em Mato Grosso. Além de descrever as técnicas utilizadas nas obras, o engenheiro anexou fotografias e comentou os trabalhos lá desenvolvidos, incluindo uma descrição curiosa sobre os “quartéis desmontáveis da fronteira”. Para o autor, o ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras, teria indicado a razão para esse tipo de construção na fronteira:

[a] existência de stocks de estruturas metallicas completas, a preços bastante razoáveis pesou como razão preponderante em vista da economia de cerca de 50% sobre os typos de quartéis em vigor na occasião. Por esses estudos, esses quartéis foram construídos em pavilhões de um só pavimento, com estruturas metallicas typo ‘Milliken’ americano, facilmente desmontáveis, cobertos com folhas de aço ondulado e pintado (PEREIRA, 1930, p. 74-75).

Portanto, o baixo custo teria determinado a preferência por esse tipo de construção na fronteira. Entretanto, é importante ressaltar que a sobra de mercadoria, isto é, os “*stocks do estrangeiro*”, teria definido a escolha de técnicas e produtos utilizados nas obras, evidenciando-se

que as condições locais - como o clima e o conforto ambiental, dentre outras - não determinaram tais escolhas, embora houvesse, em alguns aspectos, preocupação nesse sentido<sup>5</sup>.

Para o autor, a C.C.S. teria feito mais. Teria implantado nova organização do trabalho, não apenas em Campo Grande, mas na fronteira e em cidades paulistas, ao longo da Noroeste. Nesse sentido, teria educado a massa de trabalhadores, os *operários de ofício* da região.

[...] era natural que a grande massa de operários de ofício, como sejam pedreiros, carpinteiros, pintores, etc. após a terminação das obras e com a prática adquirida, se tornassem pequenos empreiteiros em várias localidades, e copiassem empiricamente aquilo que tantas vezes haviam feito ou visto fazer. Dahi a influência da Ceceésse [...] a CCS lançou a semente das construções em cimento armado em Matto Grosso. (PEREIRA, 1930, p. 46, 52)

Segundo o autor, uma parte dos operários era experiente, pois já havia trabalhado anteriormente nas obras realizadas pela C.C.S. em Pirassununga e Quitaúna, no Estado de São Paulo, enquanto a outra parte havia sido contratada no local: “tivemos operários brasileiros, portugueses, italianos, hespanhóes, alemães, russos, paraguayos, bolivianos, turcos, argentinos, uruguayos e alguns índios mattogrossenses” (PEREIRA, 1930, p. 22). Esses trabalhadores teriam sido alojados separadamente e aproveitados “segundo suas aptidões”. Os japoneses, conforme o autor, faziam o serviço pesado de descarregar materiais. Como não falavam o português, o autor aprendeu algumas palavras em japonês, anexando-as ao texto para ilustrar como se fazia a comunicação com esses trabalhadores. Essas eram expressões empregadas apenas para facilitar a comunicação no trabalho como: Vamos – *Isoidê*, Para frente – *Má Ê*, Esquerda – *Hí Da Li*, Força – *Ti Ka Lá*, Depressa – *AIAKÔ AIAKÔ*, Bom Dia – *Ô A IÔ*, etc. (PEREIRA, 1930, p. 22).

Pereira trata das dificuldades para trabalhar com alguns desses operários, sobretudo na fronteira, onde o “pêssoa era avesso á disciplina e á serviços organizados” (PEREIRA, p. 76). Lá não havia indústria, segundo ele, e não existiam profissões como as de pedreiro ou carpinteiros: “tivemos de adestra-los aos vários serviços, e mais ainda, sujeitar-nos a que 60% dos operários fossem estrangeiros (paraguayos) alguns dos quaes nem castelhano sabiam falar” (PEREIRA, 1930, p. 76).

O custo da força de trabalho, destaca, era alto devido a dois fatores.

Era impossível trabalhar em domingos ou fora de horas. O custo dos gêneros alimentícios era caro, e conseqüentemente caros foram os salários, além do que, a



pouca experiência do pessoal aumentava as horas necessárias para executar os trabalhos. (PEREIRA, 1930, p.76)

Quanto ao ritmo, o autor afirma que a pouca experiência dos trabalhadores aumentava o número de horas trabalhadas. Contudo, é preciso esclarecer que isto se deve referir ao aumento do número de dias trabalhados, pois, se o autor afirmara anteriormente que os trabalhadores não se sujeitavam a fazer hora extra, como aumentar o número de horas trabalhadas? Provavelmente, ele se refere ao aumento do número de horas decorrente de mais dias trabalhados, e não ao aumento do número de horas no dia de trabalho em si.

Pereira ainda enfrentou dificuldades com operários em Campo Grande, os quais se organizaram em sindicato e ameaçavam fazer greve ou paralisar o serviço. Para o autor, isso era consequência de “affluencia de gente nova” e de aventureiros, que trouxeram com eles a violência e a desordem, bem como culpa de “meia dúzia de estrangeiros” que viviam a expensas dos que trabalhavam. Para ele, os movimentos reivindicatórios do operariado eram mais um indício de violência que se manifestava na cidade. Tentando evitar “desordens”, as obras dos quartéis eram vigiadas por uma polícia particular, graças aos conselhos do general Cândido Mariano, que por ali passara a fim de visitá-las. O autor considerou acertada a decisão de reforçar o policiamento nos locais de trabalho, pois algum tempo depois teria recebido:

Cartões do secretario da ‘SOCIEDADE OPERARIA UNIÃO DOS TRABALHADORES E FORÇA RECONSTRUCTORA DO MUNDO’, apresentando-nos operários. Sim senhor! C. Grande, que jamais conhecera organização de trabalho em grande escala, onde os methods modernos de construção ainda desconhecidos, já possuindo um syndicato operário! Breve surgiram os boletins malcreados, instigadores das desordens por qualquer motivo. O Syndicato só visava uma cousa: Atrazar os serviços, implantar a desordem para mais tarde, talvez, levar a cabo fins mais lucrativos...Recebi vários officios aos quaes não dei resposta por julgar que não estavam em termos. Prosseguiram, e, já as instigações eram sediciosas e os termos insultuosos. Exigiam. Pregavam a greve. Ameaçavam!

Tive calma de reunir todos os operários, após o termino do serviço diário, e dirigir-lhes algumas palavras, antes de responder ao syndicato pelo ‘Correio do Sul’ de 20/8/22. Esclareci o quanto pude que estavam sendo explorados por meia dúzia de estrangeiros aos quaes pagavam mensalidades para que elles vivessem sem trabalhar. Avisei e com especialidade aos nacionaes, que se retirassem da Sociedade onde não havia ideaes dignos, e que servissem de exemplo aos demais. Estava decidido, uma vez que os do syndicato tinham passado á ameaçar, responder-lhes agindo com a máxima energia (PEREIRA, 1930, p. 25-26).

O fechamento “um tanto brusco da sede do sindicato”, após esses acontecimentos, não parece ter preocupado o autor, que se sentiu com o dever cumprido por ter agido com “justiça e de acordo com as circunstâncias” (PEREIRA, 1930, p. 26). O mais importante para Pereira teria sido a marca que a C.C.S. deixara. Numa região em que não havia organização metódica do trabalho e com muitas dificuldades de comunicação, em que nem mesmo se conhecia o concreto, a escola da C.C.S. se tornara um exemplo a ser seguido.

O início de um serviço de tal magnitude, com todas as organizações necessárias, em lugares onde jamais havia existido serviço idêntico ou semelhante, com pessoal ‘bisonho’ em disciplina e método; com materiais vindos de longe, alguns trazidos por uma estrada de ferro estratégica apenas no nome; fabricação de cal, tijolos e ladrilhos; manilhas de cimento para drenagem; extração de pedra e areia; água; luz; vigilância; alimentação e alojamento do pessoal; higiene e cuidados médicos; volumes enormes de materiais e construções; serviços importantes de concreto e cimento armado, como sejam o reservatório de 1.200.000 litros, a fossa séptica e filtros percoladores, as lajes dos pavilhões, com especialidade a do pavilhão de administração do 1º. R.A. M. etc., tudo isso executado com pessoal, que na maioria, pela primeira vez, travava conhecimento com concreto! [...] Todos esses trabalhos executados, lá estão, e temos plena certeza de que eles calaram bem fundo no espírito da população Matogrossense, permanecendo como um atestado vibrante para a Companhia Constructora de Santos, da sua capacidade, honestidade, iniciativa patriótica, dedicação e amor à ordem e ao trabalho (PEREIRA, 1930, p. 13-14).

Como se pode observar, *Construindo* (1930) é a obra mais detalhada, do ponto de vista das concepções de trabalho e de educação, assumida por Pereira. Serviu para registrar as atividades profissionais realizadas pelo autor e veicular a importância da empresa C.C.S., considerada por ele um modelo de organização de trabalho. Daí seu incômodo, por oposição, com o trabalho no sul de Mato Grosso, cuja organização técnica ainda era predominantemente artesanal ou manufatureira. Sua visão é a de um técnico cosmopolita que, tendo viajado, estudado e morado no exterior e em cidades mais avançadas como São Paulo, se inconformava com o que se referia à educação, com o que viu como uma grande lacuna na formação cultural e profissional dos trabalhadores da fronteira. Cabe assinalar que esse inconformismo repousava em uma idealização que ignorava os condicionantes culturais concretos vigentes na fronteira.

As obras escritas pelo engenheiro Armando de Arruda Pereira, à época em que realizava seu trabalho de chefia na construção dos quartéis, na década de 1920, são resultantes de anotações esparsas. São registros de “campo”. Suas análises são as de um “forasteiro”, de alguém que estava distante dos problemas locais. Sua visão sobre as manifestações culturais dos fronteiriços é a de um

espectador curioso. A violência, por exemplo, é vista como algo pitoresco, algo ligado aos costumes do lugar, expresso no fato de a justiça ser imposta pela *Lei do 44*. Há também incoerências em Pereira, quando afirma, por exemplo, que nunca ficara sabendo de *assaltos para roubar* na região, embora se refira ao caso de um fazendeiro que teria sido assaltado *várias vezes* em sua propriedade.

O engenheiro também força algumas interpretações, a exemplo de quando projetou em Mato Grosso um problema muito sensível em São Paulo - que assaltava as preocupações de donos de indústrias -, asseverando que a violência na região era trazida pela “*affluencia de gente nova*”, *estrangeiros* que causavam a desordem e a violência e influenciavam trabalhadores para que se organizassem em sindicato e ameaçassem os patrões com greves e paralisações. Foi sobre o terreno do trabalho, inclusive, que o autor teceu mais extensas considerações. Como chefe responsável pelo andamento das edificações, Pereira preocupou-se com a forma de organização do trabalho, pois verificou que, na região, os trabalhadores não eram especializados. Artesãos ou trabalhadores manufatureiros, a eles faltava a disciplina exigida pelo pela divisão do trabalho, que era firmemente cobrada. Isso tornava o serviço mais lento e, por consequência, os custos se elevavam.

### **Considerações finais**

O objetivo desse artigo foi analisar interpretações acerca da cultura, educação e trabalho em Armando de Arruda Pereira, memorialista paulista que esteve no sul de Mato Grosso nas décadas de 20 e 30 do século XX. Teve como intuito, também, destacar a contribuição da memória escrita como fonte de interpretação da fronteira, ressaltadas as análises teóricas necessárias a qualquer tipo de fonte histórica.

Os escritos de Pereira, aqui analisados, trazem muitos detalhes sobre a história local e informações sobre concepções de época e de classe. Seus trabalhos mais específicos podem servir de referência para o estudo acerca do trabalho na fronteira, além de trazerem informações sobre as técnicas adotadas na engenharia local. Há também discussões sobre concepções de cultura e educação, próprias da classe social ligada à indústria paulista. Nesse sentido, percebe-se a idealização de Pereira acerca do trabalho na fronteira, ignorando os condicionantes culturais concretos lá vigentes.

Também sua obra sobre os despojos da guerra com o Paraguai revela a visão da intelectualidade a respeito desse conflito, apontando-se fortes ligações interpretativas oriundas da vertente militar. Pereira tinha boa formação, era observador, mas não escreveu as obras referidas para sistematizar estudos sobre Mato Grosso nem estava preocupado em propor alternativas de

desenvolvimento para a região. Expressou, simplesmente, a visão de um técnico perspicaz que, a serviço de uma empresa de construção, realizou registros, com riqueza de detalhes, dos problemas que constatou e enfrentou durante a realização de suas atividades profissionais no sul de Mato Grosso. Pereira tem formação e trajetória típicas da burguesia industrial paulista, por isso seu parâmetro é a indústria moderna. Ele não tem somente uma formação técnica mais avançada – incorporou o pensamento político da burguesia industrial e colocou-se como seu ideólogo.

Para finalizar, gostaríamos de registrar a relevância de se produzirem mais estudos sobre a memória. Sabemos que os registros da memória são preciosos, mas em grande parte são, também, decorrentes de observações retiradas da realidade imediata, carecendo, portanto, de confronto com teorias ou estudos científicos já difundidos. É preciso chamar a atenção para a necessidade de utilização de método na análise dessas obras. Ainda que os estudos dos historiadores acadêmicos gozem de mais credibilidade junto à comunidade científica, é importante citar que existe uma série de obras e registros esparsos de memorialistas que circula em sebos e livrarias. Esses autores cunharam impressões sobre o passado próximo ou sobre o presente, com base em lembranças, relatos, tradição oral, sem a pretensão de abordar a história de forma sistemática. Geralmente escreveram sob a forma de crônicas, não revelam rigor nas citações de suas fontes ou as omitem inteiramente, o que nem sempre significa desinformação ou ausência de consultas, inclusive às fontes escritas. Tais relatos decorrem de observações da realidade imediata, carecendo de confronto com estudos científicos. De fato, muitos desses escritos acabam registrando fatos que acabam se inscrevendo no senso comum. Estamos denominando senso comum a um tipo de pensamento ou “filosofia” que tenha ficado registrado na memória popular, que não tenha base de pesquisa sistemática, mas que, de alguma maneira, seja expressão de uma “linguagem” e de uma “memória” que detém determinada concepção de mundo (GRAMSCI, 1995, p. 11).

A fonte, seja ela escrita ou não, é um registro da história que precisa ser analisado com o recurso da teoria. Sem essa análise, é comum que se caia numa concepção positivista que vê o documento como um registro que desvenda imediatamente a verdade. Portanto, basta reproduzi-lo. Mas o próprio registro de um dado é marcado por particulares motivações históricas, isto é, as fontes são registros de ações humanas condicionadas por interesses de classes.

Com esses cuidados, de fato, a análise da memória pode contribuir para revelar os papéis históricos de muitos autores pouco conhecidos e explorados e desvelar pistas para novas pesquisas sobre nossas fronteiras.

## Referências bibliográficas

ALVES, G. L. Nacional e regional na historiografia educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos estados mato-grossenses. In: ALVES, Gilberto Luiz. *Mato Grosso do Sul: o universal e o singular*. Campo Grande, MS: Editora UNIDERP, 2003.

\_\_\_\_\_. *A casa comercial e o capital financeiro em Mato Grosso (1870-1929)*. Campo Grande: UNIDERP, 2005.

CENTENO, C. V. *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)*. Campinas-SP: [s.n.], Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2007.

\_\_\_\_\_. *A educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930): crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura*. Campo Grande, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, UFMS.

CORRÊA, L. S. *A fronteira na história regional - o sul de Mato Grosso (1870-1920)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1997.

CORRÊA, Valmir Batista. A situação da pesquisa histórica em Mato Grosso. In: *Dimensão*. Universidade Estadual de Mato Grosso. Centro Pedagógico de Corumbá. Corumbá, Ano II, n. 2, nov, 1972.

\_\_\_\_\_. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1995.

\_\_\_\_\_. *Fronteira oeste*. 2.ed.rev.ampl. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2005.

CORRÊA, Valmir Batista; CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e historiografia de uma região*. [s.n.]: Corumbá, 1985.

DINARTE, S. *Histórias brasileiras*. Rio de Janeiro: L.B. Garnier, 1874.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história sobre a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio *Concepção dialética da história*. 10. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 1995.

LIMA, Astúrio Monteiro. *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*. São Paulo: Soma, 1978.

LOMBARDI, J. C. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs). *Fontes, História e Historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, 2004.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. (Livro primeiro: o processo de produção do capital). 9.ed. São Paulo: Difel, 1984. v.2.

O ESTADO de São Paulo. *Parque reivindica restos mortais de tenente*. 1999.

In: <http://txt.estado.com.br/edicao/especial/brasil/brasil.html> Acesso em: 12.11.2005

PEREIRA, Armando de Arruda. *Heróis abandonados!* Peregrinação aos lugares históricos do sul de Matto Grosso. São Paulo: Secção de Obras do Estado de S. Paulo, 1925.

\_\_\_\_\_. *Construindo...* São Paulo: Graphica Paulista Editora, 1930.

\_\_\_\_\_. *No sul de Mato Grosso: conferência realizada em 21 de maio de 1928*. [s.l.s.n.], [1928].

ROTARY. *Armando de Arruda Pereira* (Presidente do Rotary Internacional 1940-1941). In: [http://www.nossosaopaulo.com.br/Rotary/RI\\_40-41ArmandoAPereira.htm](http://www.nossosaopaulo.com.br/Rotary/RI_40-41ArmandoAPereira.htm) Acesso em 20.11.2005.

SEREJO, Hélio. Caraí. In \_\_\_\_\_. : *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

TAUNAY, A. d'E, Visconde de Taunay. *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*; traduzida da quinta edição francesa por Affonso de E. Taunay. Rio de Janeiro- RJ, Ed. Biblioteca do Exército, 1968.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: PEREIRA, Armando de Arruda. *Heróis abandonados!* Peregrinação aos lugares históricos do sul de Matto Grosso. São Paulo: Secção de Obras do Estado de S. Paulo, 1925.

## Notas

<sup>1</sup> Em 1941, os restos mortais de Antonio João, Guia Lopes, Cel. Camisão e do tenente-coronel Juvêncio foram transferidos para o Rio de Janeiro, onde estão num monumento consagrado aos heróis da Guerra, na Praia Vermelha. Hoje, curiosamente, o tenente Mattos, residente em Bela Vista, reivindica a transposição de pelo menos um deles: Antonio João (*O ESTADO de São Paulo*, 1999).

<sup>2</sup> Volume XXV, página 245, conforme Pereira (1930, p. 45).

<sup>3</sup> Grafada com g.

<sup>4</sup> Expressão utilizada para explicar a situação de violência na fronteira, onde as desavenças e injustiças ficavam impunes e eram resolvidas pela lei do mais forte, ou seja, daquele que resolvia seus problemas com o revólver **calibre 44**.

<sup>5</sup> “Devido ao sub-solo ingrato para fundações, a maior parte, se não todas as casas de Campo Grande tinham as paredes fendidas. Para construir os quartéis typo, foram organizados typos de fundação em lages de cimento armado, de accôrdo com os pesos a serem distribuídos por 2 cm<sup>2</sup> sobre o solo” (PEREIRA, 1930, p. 46).

Recebido em abril de 2012.

Aprovado em maio de 2012.